

Dignidade menstrual em escola técnica de ensino médio: percepções de quem ensina

Menstrual dignity in technical high school: Perceptions of those who teach

¹ Maria Gabriele Formis Silva 

² Natália Sevilha Stofel  

³ Diene Monique Carlos 

⁴ Flávio Adriano Borges 

⁵ Vanessa Chacon Verdini 

RESUMO

Compreender as percepções de professoras(es) e gestores escolares acerca da promoção da dignidade menstrual. Métodos: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória realizada com a equipe gestora de uma escola estadual de São Paulo, utilizando um questionário semi-estruturado, no período de agosto a setembro de 2023. Os dados foram analisados no programa IRAMUTEQ® e por Análise Temática. Resultados: Surgiram três categorias sendo elas: 1) Dignidade menstrual - início, meio e fim que destaca as ações para se promover a dignidade menstrual feita pela escola; 2) Da distribuição de absorventes à saúde menstrual como direito onde se entende a visão dos participantes sobre a dignidade menstrual e de como ela impacta a vida de todos que menstruam; Escola como promotora de saúde menstrual onde trazem que o ambiente escolar deve ser um local de apoio segurança e de informações verídicas para que seja possível impactar a comunidade além da escolar. Conclusão: A inserção de programa específico foi relevante foi importante para implementar ações promovam dignidade menstrual na escola e também no conhecimento dos docentes e discentes sobre o tema, que se sentem mais seguros para lidar, abordar e compartilhar o assunto.

Palavras-chave: Escola; Menstruação; Equidade em Saúde.

ABSTRACT

Understand the perceptions of teachers and school administrators regarding the promotion of menstrual dignity. Methods: This is a qualitative, exploratory research conducted with the management team of a state school in São Paulo, using a semi-structured questionnaire, during the period from August to September 2023. The data were analyzed using the IRAMUTEQ® program and Thematic Analysis. Results: Three categories emerged: 1) Menstrual dignity - beginning, middle, and end, which highlights the actions taken by the school to promote menstrual dignity; 2) From the distribution of pads to menstrual health as a right, which includes the participants' views on menstrual dignity and how it impacts the lives of all who menstruate; 3) School as a promoter of menstrual health, which indicates that the school environment should be a place of support, safety, and accurate information to positively impact the community beyond the school. Conclusion: The implementation of a specific program was relevant and important for promoting menstrual dignity in the school and increasing the knowledge of teachers and students on the subject, making them feel more secure in dealing with, addressing, and sharing the topic.

Keywords: School; Menstruation; Health Equity.

1 Enfermeira pela Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Enfermagem, São Carlos, SP

2 Doutora. Professora na Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Enfermagem, São Carlos, SP

3 Doutora. Professora na Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, SP

4 Doutor. Professor na Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Enfermagem, São Carlos, SP

5 Filósofa pela Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Enfermagem, São Carlos, SP

1 INTRODUÇÃO

A menstruação é um processo cíclico fisiológico (Vargens, et al, 2019), contudo as pessoas que menstruam têm o seu manejo impactado diretamente por fatores sociais, econômicos, culturais ou religiosos, pontos que muitas vezes acabam por levá-las a viver na pobreza menstrual. A dignidade e pobreza menstruais são assuntos que vêm emergindo mais recentemente como direitos humanos e questões de saúde pública (Secretaria de Comunicação Social, 2023). No entanto, os determinantes sociais enfrentados e as problemáticas geradas por quem vivencia a pobreza menstrual vão além de ter disponibilidade ou não de absorventes íntimos, trata-se de uma problemática de países de renda alta, média e baixa (Moraes, Vitalle, 2012).

Entende-se que a pobreza menstrual está associada à falta de acesso a absorventes e produtos de higiene, mas vai além, pois abrange questões associadas à estrutura física dos locais, como escolas e banheiros públicos, e da promoção de uma educação sexual, na intenção de combater tabus e fornecer um suporte adequado e seguro (Assad, 2021).

Sendo um fenômeno que se inicia nas pessoas do sexo feminino em idade escolar, entre os 10 a 14 anos, é de extrema importância que as escolas estejam estruturadas para recebê-las e acolhê-las, já que em cenários de pobreza menstrual, a principal consequência é a evasão escolar (UNICEF, UNFPA, 2021). No Brasil, de acordo com a pesquisa elaborada pela Always, 1 em 4 meninas/es se ausenta da escola quando está menstruada por não conseguir comprar absorventes, e que destas, 45% acreditam que foram impactadas negativamente no rendimento escolar (Always Brasil, 2021). Por esse motivo, a participação da escola na luta pela dignidade menstrual é essencial, já que ela é um dos locais que recebe estudantes em vulnerabilidade social, além de que, a escola pode atuar como uma provedora de educação menstrual, processo que é feito no exterior, e obteve bons resultados (Assad, 2021; UNICEF, UNFPA, 2021).

Nesse sentido, o programa Dignidade Íntima do Estado de São Paulo, propôs disponibilizar verba destinada à aquisição e distribuição de produtos de higiene íntima e pessoal, preparar o corpo docente a abordar mais o assunto com os estudantes da rede estadual visando formar uma rede de apoio (Brasil, 2022). Visando o olhar a este processo, este estudo teve como objetivo compreender as percepções de professoras(es) e gestores escolares acerca da promoção da dignidade menstrual.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória. Nessa perspectiva, os aspectos de vida e experiências de determinado grupo social e seus contextos de vida são elementos centrais para a compreensão das experiências do grupo como um todo, possibilitando ter acesso aos dados que não podem ser avaliados numericamente (Taquette, Villela, 2017).

Foram participantes dessa pesquisa todos os membros da equipe gestora de uma escola de ensino médio. Foram critérios de inclusão: escola de ensino médio; participando do programa estadual há pelo menos um ano; próximo ou no município de São Carlos. Como critérios de exclusão foram elencados: escolas particulares; escolas de educação especial e de meio período. Assim, a escola onde foi realizada a pesquisa foi uma Escola Técnica Estadual (ETEC) em um município de pequeno porte próximo a cidade de São Carlos-SP. A ETEC já participava do programa “Dignidade Íntima” do Estado de São Paulo, há mais de um ano, promovendo palestras sobre o assunto, rodas de conversa com alunas, levando filmes e até convidando profissionais de saúde para abordarem sobre o assunto. A distribuição dos itens de higiene ocorria primeiramente com um formulário para pessoas que queiram receber esse kit, os alunos interessados o preenchem, e com isso uma vez por mês são chamados a sala da coordenação onde recebem um “presente”, que é o kit de higiene embrulhado em um papel de presente, ideia pensada por um dos entrevistados em parceria com a professora de artes da escola, essa medida visa causar o não constrangimento aos alunos que precisam desse suporte.

A coleta de dados foi realizada através de questionários semi-estruturados apresentados no Quadro 1, entre os meses de agosto e setembro de 2023. As pessoas foram convidadas a participar em um encontro na escola, no qual uma das pesquisadoras apresentou o projeto. Em seguida, foram agendadas as entrevistas, duas foram realizadas presencialmente na escola e duas on-line. A média de duração das entrevistas foi de 20 minutos.

Quadro 1 - Questionário para coleta de dados

Questionário para o corpo escolar
<ol style="list-style-type: none"> 1. Nome: 2. Idade: 3. Formação: 4. Gênero: 5. Orientação sexual: 6. Cargo: 7. Tempo de atuação nesse cargo: 8. Você já ouviu falar de dignidade menstrual?
Questionário sobre dignidade menstrual
<ol style="list-style-type: none"> 1. Como a saúde menstrual é abordada nesta escola? (estrutura da escola, banheiros, implementação do programa). 2. Quais foram as orientações para a implementação do programa dignidade íntima na sua escola? 3. Quem é o público-alvo das ações para a dignidade menstrual na escola? (há inclusão dos meninos?) 4. Como as/os estudantes estão respondendo ao programa? 5. Qual sua opinião sobre a escola como promotora de dignidade menstrual? 6. Qual a formação oferecida às/aos educadoras/es para tratar de tal assunto? 7. Você acha que os educadores se sentiriam mais seguros com o apoio da unidade de saúde/profissionais da saúde na escola trazendo o assunto? 8. Como era a questão da saúde menstrual antes do programa? 9. O que a escola costuma fazer quando tem conhecimento de estudantes que faltam por não terem acesso a produtos de higiene para a menstruação? 10. Quais as ações da escola na ocorrência de constrangimento quando alguma pessoa está menstruada? 11. Pontue algumas dificuldades e potencialidades na implementação do programa na sua escola. 12. Você tem alguma sugestão a ser incluída no Guia que estamos construindo?

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras

Todo o material foi gravado e transcrito. Foi composto um corpus textual por meio da junção das respostas apresentadas, seguindo com seu processamento e uma primeira análise por meio do software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ®). Assim, as respostas às questões abertas foram organizadas de forma a compor o corpus textual, que foi preparado e revisado com o intuito de eliminar equívocos de digitação e padronização de siglas e expressões (preservando os mesmos significados). A análise foi realizada por análise de similitude.

A segunda análise do material coletado foi feita segundo a Análise Temática. As etapas da Análise Temática consistiram em: 1) Pré-análise, realizada através da leitura flutuante, constituição do corpus e formulação de reformulação de hipóteses de objetivos; 2) Exploração do material, trata-se da operação classificatória do processo de redução do texto às palavras e expressões significativas; 3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação, a partir do tratamento dos dados brutos, faz-se inferências e interpretações (Minayo, Guerriero, 2014).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, CAAE: 69106323.9.0000.5504, parecer número 6.308.853.

2 RESULTADOS

Foram entrevistadas todas as quatro pessoas da equipe gestora, a caracterização delas encontra-se no quadro 2.

Quadro 2. - Caracterização das pessoas da equipe de gestão escolar.

	E1	E2	E3	E4
Nome	FHB	VCV	ACCM	PGP
Idade	42	32	40	41
Formação	Biologia	Licenciatura em Filosofia	Licenciatura em Letras	Administração de Empresas
Gênero	Masculino	Feminino	Feminino	Masculino
Orientação Sexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Cargo	Professor e Coordenador	Coordenadora Educacional	Professora De Língua Portuguesa E Coordenadora De Curso	Coordenador Pedagógico e Diretor de Unidade Escolar
Tempo De Atuação No Cargo	10 anos (prof.) e 3 anos (coord.)	9 meses	14 anos (prof.) e 5 anos (coord.)	Aproximadamente 5 anos

Fonte: Elaborado pelas próprias autoras.

Da análise das entrevistas emergiram três categorias temáticas:

Dignidade menstrual - início, meio e início.

Nesta categoria estão transcritas as falas dos gestores escolares e docentes acerca de como foi-lhes apresentado o programa de dignidade menstrual do Estado de São Paulo, e como eles têm adaptado-o à escola. Assim, anteriormente ao programa, o assunto era abordado na escola somente nas aulas de biologia e havia, por iniciativa própria da escola, a oferta de absorventes descartáveis nos banheiros femininos. Dessa forma, as ações de promoção da dignidade menstrual na escola estudada vêm sendo constantemente reavaliadas, por isso, segue o movimento de início, meio e início.

Antes da implementação do projeto isso é, apenas das aulas de biologia mesmo que era tratada apenas nas aulas de fisiologia, eu como já fui a orientadora Educacional e sou coordenadora de curso em alguns momentos eu também me deparava com a situação com algumas falas com as alunas de uma maneira mais informal e hoje com a implementação do projeto a gente dialoga com uma amplitude maior, né. (E3).

No princípio veio todo, eles mandam como se fosse um memorando, né? Com as diretrizes de como seguir, mas eles dão essa liberdade para cada unidade fazer os seus próprios ajustes de acordo com a própria realidade, então nos baseamos nisso, vimos as diretrizes e começamos o direcionamento. Vamos entregar o absorvente assim solto? E começamos a fazer no primeiro momento a fazer envelopinhos como se fosse um presente, até a professora de arte ajudou na época, então a gente mudou por que dá vergonha, né? Nossa saia de uma salinha com absorvente na mão, pensar variáveis para minimizar até que ele se acostumar e é algo normal, qual é o problema de ter lá no banheiro? (E1).

As orientações para a implementação do programa “Dignidade Íntima” em nossa escola foram baseadas em diretrizes e melhores práticas recomendadas por organizações de saúde, legislação pertinente e experiências bem-sucedidas de outras instituições. Aqui estão algumas das principais orientações que seguimos:

Compreensão da Legislação e Direitos: Fomos orientados a compreender e aderir à legislação relacionada à dignidade menstrual, incluindo a Lei Federal nº 13.003/2014, que dispõe sobre a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes de escolas públicas. Isso inclui a garantia do fornecimento gratuito de produtos menstruais para nossas estudantes. (E4).

Da distribuição de absorventes à saúde menstrual como direito.

Na segunda categoria estão as narrativas que mostram como o corpo escolar entrevistado compreende a saúde e a dignidade menstrual, as menções de dignidade menstrual como um processo, destinado não somente a mulheres, mas também a outras pessoas que menstruam.

Olha eu entendo [a dignidade menstrual] como um processo de dar uma acessibilidade a todas para esse contexto da educação sexual voltada para a menstruação. (E1)

Já ouvi falar de dignidade menstrual, sim e de várias formas ouvindo relatos no sentido também da saúde menstrual que também é uma forma de dignidade menstrual, de uma maneira geral acho que é isso. (E2)

É sim, eu ouvi quando nós tivemos o projeto de lei, né, dignidade íntima e esse começou a ser colocado na escola, aplicado na escola, né? Desenvolvido. Antes disso eu nunca tinha escutado nenhum projeto, nem um programa nada que tratasse especificamente do tema. (E3)

Sim, estou ciente do conceito de dignidade menstrual. Entendo que a dignidade menstrual se refere ao direito de todas as pessoas, principalmente mulheres e pessoas que menstruam, a uma experiência menstrual segura, digna e livre de estigma. Envolve questões relacionadas à igualdade de gênero, direitos humanos e acesso a produtos menstruais adequados, além de educação menstrual. A dignidade menstrual é um tema relevante para promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. (E4)

Escola como promotora de saúde menstrual.

Esta última categoria surge com as respostas dos entrevistados, onde destacam como o programa atingiu, dentro da própria escola, quem eles nem imaginavam que pudessem precisar desse apoio e de que como todos desejam que as ações do “Dignidade Íntima”, não fiquem retidas só no ambiente escolar, podendo chegar nas famílias e amigos dos estudantes, indo desde de informações verídicas aprendidas até acesso aos próprios produtos de higiene, assim conseguindo abranger a comunidade.

Sabe visualmente parecia que ela (alunas) não tem necessidade, não precisa da sua ajuda, isso foi muito bom para gente. E assim, é porque está ali entre aspas bem vestido com uma boa aparência e não demonstrando absolutamente nada que não precisa, a gente conseguiu chegar no público que muitas vezes era bem calado e tava precisando para caramba. (E1)

(...)A gente deixa aberto até para os alunos que quiserem preencher para os meninos que quiserem preencher o formulário. Porque a família, a mãe e as irmãs têm dificuldade para comprar absorvente, então a gente disponibiliza também, (...). Então socialmente, eu acho que é bem recebido embora algumas alunas ainda não queiram falar muito sobre o assunto seja por religião seja por falta de costume. (E2)

mática de saúde pública que foi levada para dentro da escola, pois a pobreza menstrual é causa direta de faltas e evasão de estudantes no período (UNICEF, UNFPA, 2021).

O surgimento do programa estadual denominado Dignidade Íntima, permitiu que o assunto fosse além das aulas de biologia e da disponibilidade de absorventes ser apenas nos banheiros femininos da escola estudada. Com isso, o corpo docente precisou se atentar mais a temática e por conseguinte, permitiu que se iniciasse um processo mais aprofundado sobre a acessibilidade ao direito de menstruar dignamente, compreendendo a importância da escola como um suporte e local de segurança para promover esse direito e a consciência dele.

Um ponto relevante que essa pesquisa reforça é que a dignidade menstrual vai além de disponibilizar os produtos para higiene, ela depende diretamente de que os locais onde as pessoas que menstruam frequentam, tenham uma estrutura física adequada (água, lixo, vaso sanitário, cabine individual) e seja um local que passe segurança para não se sentirem vulneráveis a possíveis humilhações por simplesmente estarem menstruadas (Assad, 2021).

Os resultados dessa pesquisa mostram que dignidade menstrual é ir além da distribuição a absorventes, em uma perspectiva global, pode-se entender o motivo de que os países mais afetados pela pobreza menstrual são os países considerados, por meio da regionalização socioeconômica, do Sul global (Beckouche, Grasland, 2008). Uma pesquisa na Etiópia demonstrou que o fornecimento de kits para higiene menstrual combinadas com a educação sobre o tema, foi capaz de reduzir o absentismo das estudantes (Belay, Kuhlmann, Wall, 2020). Já outro estudo feito na Índia, apresentou que a menstruação colaborava também para queda na qualidade do tempo escolar, por conta das inseguranças que gerava nas estudantes, como medo de manchar as roupas e mau-odor, que era em decorrência de acesso a instalações sanitárias inadequadas e do uso de pano como absorvente (Sivakami, et al, 2015).

Em paralelo a isso, refletindo sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), desenvolvidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), quando olhamos para a Dignidade Menstrual, a mesma só será realmente alcançada se objetivos como Erradicação da pobreza; Saúde e bem-estar; Igualdade de gênero; Água potável e saneamento e Redução das desigualdades forem atingidos, já que ela sofre influência desses fatores de modo direto ou indireto. E entende-se que a saúde menstrual é “bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade, em relação ao ciclo menstrual” (Hennegan, et al, 2021), para isso, é um período em que se precisa ter acesso a informações verídicas, produtos, instituições de saúde, ambiente de respeito, tratamento e diagnósticos diante de desconfortos para que as pessoas que menstruam se sintam a vontade de permanecerem presente nos espaços que já ocupam/ deviam ocupar (Hennegan, et al, 2021).

Ainda pensando nos ODS, especialmente nos de Igualdade de gênero e Redução das desigualdades, atendendo-se a desigualdade de gênero, o ato de menstruar é algo biológico do sexo feminino, no entanto atualmente ainda há dificuldade, intolerância e resistência em entendê-lo como um processo que afeta todos aqueles que possuem um útero, ou seja, pessoas cisgênero e transgênero. A relutância em se compreender essa pluralidade pode ter sua origem no que é entendido como papel social, que segundo Eduardo Simões Martins:

“Para as ciências sociais, o papel social define a estrutura social, basicamente como um conjunto de normas, direitos, deveres e expectativas que condicionam o comportamento humano dos indivíduos junto ao grupo ou dentro de uma organização.” (Martins, 2010).

Elaborando uma reflexão ainda maior, muito do que se é esperado e entendido por “ser mulher” é fortemente influenciado questões raciais, que surgem de uma ideia elaborada em cima do machismo e até colonialismo europeu e que impactam até hoje, onde as mulheres cisgênero brancas são idealizadas para se casarem e reproduzirem, enquanto mulheres pretas e pardas são para relações sexuais e trabalho, e apesar de existir essa diferença entre as “mulheres”, o ponto em comum é que ambas estão abaixo dos homens héteros cisgênero (Spengler, Lima, 2021).

Além disso, quando se pensa no conceito de fato social, que segundo Durkheim é um modo de agir que é geral, externo e com poder coercitivo sobre os indivíduos, tendo sua força de coerção alterada como base em questões sociais (Durkheim, 1978) a falta de naturalização e os tabus criados acerca da menstruação podem ser entendidos como uma ferramenta de coerção feita pela sociedade sobre os corpos que menstruam, uma vez que esse processo biológico passa a ser entendido como algo sujo, impuro e pertencente apenas ao corpo feminino, colaborando para a segregação dessas pessoas diante da sociedade (Secretaria de Comunicação Social, 2023), afetam desde seu psicológico, até a permanência na escola e desenvolvimento profissional.

Portanto, destaca-se a importância do papel da escola como uma promotora da dignidade menstrual, em razão de é de responsabilidade dela de fornecer preparação intelectual, moral e inserção social dos seus alunos (Da Silva, Ferreira, 2014), e sendo um local de informações verídicas e seguro para se abordar a temática, ela é capaz de atingir não só a comunidade escolar como também a sociedade, ajudando-os a reconhecer a importância de lutar por esse direito e também minimizando efeitos negativos da pobreza menstrual como a desigualdade de gênero e evasão escolar (UNICEF, UNFPA, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise feita, o programa Dignidade do Estado de São Paulo se mostra como um fator de importância para que a escola conseguisse elaborar ações de promoção de dignidade, primeiramente pelo fato de que a menstruação e todos seus fatores eram abordados apenas nas aulas de biologia, em segundo pela verba voltada para compra dos produtos de higiene e também por colaborar para que os profissionais da escola; tomassem conhecimento e consciência do que envolve a pobreza menstrual e do quanto próxima ela estava.

Diante dessa pesquisa, temos como expectativa que ela auxilie escolas e a suas comunidades, a implementarem ações voltadas para a promoção da dignidade menstrual, não tendo só o foco no público alvo da mesma, mas em todos, já que é a forma mais eficiente de propagar informações verídicas e por consequência promover a saúde menstrual. Tendo em vista o caráter emergente e subestimado deste tópico, a disponibilidade de literatura acadêmica ainda é limitada, principalmente no contexto brasileiro.

Além disso, com os dados coletados é notório que se a escola consegue oferecer uma estrutura adequada (física e distribuição de produtos) e acolhedora, faz com que os estudantes se sintam mais seguros em abordar, discutir, acolher e manejar a menstruação. A escola sendo promotora da Dignidade Menstrual gera um ambiente que consegue promover aos seus alunos uma consciência de que a menstruação não deve ser vista com estigmas e que principalmente deve ser um direito para todos passar por ele com dignidade o que colabora para que essas ideias possam ir além da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ALWAYS BRASIL. Always contra a pobreza menstrual no Brasil #MeninaAjudaMenina. 2021. Disponível em: <<https://www.alwaysbrasil.com.br/pt-br/sobre-nos/nossa-batalha/always-contr-a-pobreza-menstrual>>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ASSAD, B. F. Políticas Públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. *Revista Antinomias*, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021. Disponível em: <<http://www.antinomias.periodikos.com.br/article/60e39095a9539505a0471774>>. Acesso em: 5 out. 2023.

BECKOUCHE, P.; GRASLAND, C. North-South Regionalism: a challenge for Europe in a changing world. *ESPON Project*, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <https://shs.hal.science/file/index/docid/139394/filename/Beckouche-Grasland-_2007-NorthSouth_Regionalism_-_Draft_version_2.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BELAY, S.; KUHLMANN, A. K. S.; WALL, L. L. Girls' attendance at school after a menstrual hygiene intervention in northern Ethiopia. *International Journal of Gynecology & Obstetrics*, v. 149, n. 3, p. 287-291, 2020. Disponível em: <<https://obgyn.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/ijgo.13127>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. Dignidade menstrual: Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual beneficiará 8 milhões de pessoas. 9 mar. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/03/dignidade-menstrual-programa-de-protecao-e-promocao-da-saude-e-dignidade-menstrual-beneficiara-8-milhoes-de-pessoas>>. Acesso em: 6 maio 2024.

DURKHEIM, E. O que é fato social. *As regras do método sociológico*, v. 6, 1978. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/44830797/O_Que_e_Fato_Social_Emile_Durkheim_1_-libre.pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.

HENNEGAN, J. et al. Menstrual health: a definition for policy, practice, and research. *Sexual and Reproductive Health Matters*, v. 29, n. 1, p. 31-38, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/26410397.2021.19116>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARTINS, E. S. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. *Kínesis: Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, v. 2, n. 4, p. 40-52, 2010. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4905>>. Acesso em: 6 maio 2024.

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 1103-1112, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2014.v19n4/1103-1112/pt/>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MORAES, S. P. de; VITALE, M. S. de S. Direitos sexuais e reprodutivos na adolescência. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 58, n. 1, p. 48-52, jan. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-42302012000100014>>.

SÃO PAULO (Estado). Projeto de lei nº 96/2022, de 26 de março de 2022. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Institui o Programa Dignidade Íntima, no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000433446>>. Acesso em: 5 out. 2023.

SIVAKAMI, M. et al. Effect of menstruation on girls and their schooling, and facilitators of menstrual hygiene management in schools: surveys in government schools in three states in India, 2015. *Journal of Global Health*, v. 9, 2018. Disponível em: <<https://www.semanticscholar.org/reader/9c3b39d24d9c91d681cc7a586ff70b45dc658381>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SPENGLER, F. M.; LIMA, F. da S. Mulheres e sociedade: uma rota de colisão entre papel e expectativa social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, v. 123, p. 129-175, 31 dez. 2021. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/691>>. Acesso em: 6 maio 2024.

TAQUETTE, S. R.; VILLELA, W. V. Pesquisa qualitativa em medicina. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232017221.12322016>>. Acesso em: 26 mar. 2023.

UNICEF; UNFPA. *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos*. Maio 2021. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>>. Acesso em: 6 mar. 2023.

VARGENS, O. M. C. et al. A percepção de mulheres sobre a menstruação: uma questão de solidariedade. *Revista Enfermagem UERJ*, p. e40120-e40120, 2019. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/download/40120/30978>>. Acesso em: 18 mar. 2024.